

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

IMPOSTÔMETRO

Com oito dias de antecedência em relação ao registrado no ano passado, Mato Grosso alcançou no domingo, 2, a marca de R\$ 35 bilhões em arrecadação de tributos. O resultado histórico, divulgado pelo Impostômetro da Fecomércio-MT, evidencia uma expansão da arrecadação em ritmo superior ao observado nos últimos anos.

R\$ 35 BILHÕES

Conforme análise do Instituto de Pesquisa da Federação (IPF-MT), o montante recolhido reflete a combinação de maior atividade econômica no estado, inflação de produtos e serviços e recolhimento de tributos sobre o consumo e a renda. Mato Grosso representa 1,25% dos R\$ 2,4 trilhões arrecadados em todo o território nacional até este domingo.

ARRECADAÇÃO

Entre os municípios, Cuiabá lidera a arrecadação, ultrapassando os R\$ 728,7 milhões. Na sequência aparecem Rondonópolis, com R\$ 196,6 milhões e Sinop com R\$ 147,2 milhões. O Imposto de Renda e a Previdência estão entre os principais tributos federais. Na esfera estadual, o ICMS e, no âmbito municipal, o ISS e o IPTU lideram.



ARTIGO//

Quanto custa deixar para depois?

Se você possui imóveis, empresas ou qualquer patrimônio relevante e ainda não iniciou um planejamento sucessório, precisa entender uma realidade que já bate à porta: esperar pode significar pagar muito mais imposto. Não se trata de alarmismo. Trata-se de uma mudança concreta na legislação tributária brasileira. Com a regulamentação da Reforma Tributária, os estados passarão a adotar, obrigatoriamente, a progressividade do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação). Na prática, isso significa que patrimônios de maior valor poderão ser tributados com alíquotas maiores. Em estados que hoje aplicam 4%, por exemplo, a cobrança poderá chegar a 8%. Em uma transferência patrimonial de R\$ 2 milhões, isso representa um salto de R\$ 80 mil para R\$ 160 mil em imposto. A questão é que muita gente continua acompanhando essas mudanças como quem assiste ao noticiário: sabe que elas estão acontecendo, comenta sobre o assunto, mas adia qualquer decisão. Esse comportamento, bastante comum entre os brasileiros, costuma ter um custo elevado. Quando a legislação muda definitivamente, as alternativas de planejamento diminuem e o patrimônio passa a ser administrado sob regras menos favoráveis. Não é por acaso que milhares de famílias decidiram se antecipar. Dados do Colégio Notarial do Brasil mostram que,

somente em 2025, foram lavradas 185.861 escrituras públicas de doação de imóveis, o maior número da série histórica. Em relação a 2020, quando foram registradas 116.225 escrituras, o crescimento foi de 59%. Esse movimento não aconteceu porque as pessoas resolveram doar seus bens de uma hora para outra. Ele reflete uma preocupação crescente com a preservação do patrimônio diante das mudanças tributárias. Mas existe um cuidado importante: antecipar patrimônio não significa simplesmente transferir imóveis para filhos ou herdeiros. Quem faz isso apenas movido pelo medo de um eventual aumento de impostos pode cometer erros tão caros quanto quem não faz absolutamente nada. Planejamento patrimonial não é um produto de prateleira. É uma estratégia construída de forma individualizada. Há famílias que se beneficiarão da constituição de uma holding patrimonial. Outras precisarão reorganizar participações societárias, estabelecer regras de governança familiar, criar um conselho de família ou estruturar um planejamento sucessório que permita proteger os bens e, ao mesmo tempo, alcançar a maior eficiência tributária possível dentro da legislação. O maior equívoco que vejo diariamente é acreditar que esse assunto pode ser resolvido “mais para frente”. A experiência demonstra exatamente o contrário. Quanto antes o planejamento começa, maior é o número de alternativas disponíveis. Quanto mais próximo das mudanças legislativas ele é realizado, menor tende a ser a margem para construir soluções eficientes. É importante lembrar que a reforma não cria apenas um novo

modelo de tributação. Ela muda a forma como o patrimônio será analisado pelos estados. Imóveis, participações societárias, empresas familiares e outros ativos passam a exigir um olhar ainda mais cuidadoso, porque a tributação deixa de ser uniforme e passa a considerar o valor do patrimônio transmitido. Por isso, o debate não deve ser reduzido à pergunta “como pagar menos imposto?”. A pergunta correta é outra: como proteger um patrimônio construído durante décadas sem deixar que uma mudança legislativa comprometa parte desse legado? A resposta passa, necessariamente, por planejamento. Esperar pela regulamentação completa de todos os estados ou acreditar que ainda haverá tempo para decidir depois pode custar muito caro. O patrimônio não deve ser organizado quando surge a urgência, mas antes dela. Quem age antecipadamente tem liberdade para escolher a melhor estratégia. Quem deixa para a última hora normalmente fica apenas com as opções que a legislação ainda permitir. Quando o assunto é patrimônio, o tempo também é um ativo. E, talvez, seja justamente aquele que você não possa se dar ao luxo de perder.

David F. Santos é CEO da Lucro Real Consultoria Empresarial
contato@lucrorealconsultoria.com.br



MUTIRÃO REGULARIZA RURAL TANGARÁ ACONTECE NO ANTÔNIO CONSELHEIRO

O Programa Regulariza Rural Tangará já alcançou cerca de 80% dos produtores rurais do Assentamento Antônio Conselheiro, que compreende os municípios de Tangará da Serra, Barra do Bugres e Nova Olímpia.

Com prazo estipulado para terminar já no mês de setembro, os organizadores estão trabalhando incessantemente, para alcançar os 20% que ainda não buscaram regularizar suas propriedades.

Para isso, iniciou nesta segunda-feira, 3, e segue até sexta-feira, 7, mais um mutirão na Escola Marechal Cândido Rondon, das 7h30 às 11h e das 13h às 16h30. “Durante esse período o Incra estará no assentamento, proporcionando, nesse momento, entrega de documentos e tirando dúvidas, que porventura, os produtores ainda possuírem”, anuncia o secretário de Meio ambiente, Vinícius Lançone.

Para participar, é necessário apresentar documentos pessoais, entre outros, além de prova de que ocupa e explora o lote há, pelo menos, um ano.

O programa beneficia proprie-



dades que tenham até quatro módulos fiscais, que totalizam 320 hectares. A regularização inclui ainda o CAR, que é obrigatório para a regularidade do imóvel, assim como o PRADA em casos de passivos ambientais. Sem o cadastro, o produtor fica impedido de acessar crédito rural, obter licenças ambientais e realizar transações imobiliárias. A irregularidade pode resultar em multas, embargos da produção e outras sanções.

Caso o produtor perca essa oportunidade de regularizar sua propriedade, após o prazo, terão de arcar com custos entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil para consultoria, conforme o tamanho da área.